

EDISON CARLOS FERNANDES

SISTEMA TRIBUTÁRIO DO MERCOSUL

*O processo de harmonização
das legislações tributárias*

2.^a edição revista e ampliada

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO	15
APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO	17
INTRODUÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO	19
ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DO TRATADO DE ASSUNÇÃO (Estudo Introdutório à Segunda Edição)	23
1 O TRATADO INTERNACIONAL COMO FONTE DO DIREITO TRIBUTÁRIO	
1.1 Conceito e elementos do tratado internacional	27
1.1.1 Direito internacional	27
1.1.2 Conceito de tratado internacional	29
1.1.3 Elementos do tratado internacional	31
1.1.3.1 Sujeitos	31
1.1.3.2 Objeto	36
1.2 O tratado internacional como fonte do direito tributário	37
1.2.1 Fontes do direito: conceito e classificação	37
1.2.2 Fontes do direito tributário (princípio da legalidade) .	38
1.2.3 O tratado internacional no ordenamento jurídico dos Estados-membros do MERCOSUL	41
1.2.3.1 Processo de validação do tratado internacional	41
1.2.3.2 Integração dos tratados internacionais aos ordenamentos jurídicos dos Estados-membros do MERCOSUL	43
1.3 Os tratados internacionais em matéria tributária	51
2 TRATADO DE ASSUNÇÃO	
2.1 Antecedentes	53
2.2 Formação de um direito comunitário	57

2.2.1	Exemplo europeu (direito comparado)	58
2.2.1.1	Harmonização legislativa e aspectos tributários ..	61
2.2.2	Estrutura do MERCOSUL – Protocolo de Ouro Preto	64
2.2.3	Números do MERCOSUL	69
2.2.4	Artigo 7.º do Tratado de Assunção – dispositivo tributário	70
3	BREVE ENFOQUE DOS SISTEMAS TRIBUTÁRIOS DOS ESTADOS-MEMBROS DO MERCOSUL	
3.1	Sistemas jurídicos tributários e pressão impositiva no MERCOSUL	72
3.2	Sistema tributário argentino	73
3.2.1	Impostos do Estado federal	75
3.2.2	Impostos provinciais	81
3.3	Sistema tributário uruguaio	83
3.3.1	Impostos em espécie	84
3.3.2	Impostos departamentais	87
3.4	Sistema tributário paraguaio	89
3.4.1	Normas constitucionais	89
3.4.2	Impostos em espécie	90
3.5	Sistema tributário brasileiro	92
3.5.1	Impostos da União	95
3.5.2	Impostos dos Estados e do Distrito Federal	97
3.5.3	Impostos dos Municípios	101
3.6	Associados ao MERCOSUL	104
3.6.1	Sistema tributário boliviano	104
3.6.2	Sistema tributário chileno	107
4	HARMONIZAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS	
4.1	Livre circulação de pessoas	109
4.2	Encargos sociais no MERCOSUL	112
4.3	Colocação do problema	114
5	DIREITOS ADUANEIROS NA LEGISLAÇÃO DO MERCOSUL	
5.1	Programa de liberação comercial	118
5.2	Tarifa Externa Comum e classificação tarifária das mercadorias	119
5.3	Origem das mercadorias	121

5.3.1	Regime Geral de Origem	122
5.3.1.1	Regras gerais de origem não preferencial	124
5.3.1.2	Normas de determinação de origem preferencial ..	125
5.4	Valor aduaneiro das mercadorias	127
5.5	Texto selecionado do Código Aduaneiro do MERCOSUL	128
6	DISCIPLINA DAS ZONAS FRANCAS NO MERCOSUL	
6.1	Distinção entre institutos afins	136
6.2	Zona Franca	140
6.3	Zonas francas e o processo de integração regional	141
6.4	Disciplina convencional sobre zonas francas no MERCOSUL	144
6.5	Texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional	147
7	DISCIPLINA COMUNITÁRIA SOBRE DUMPING	
7.1	Conceito de <i>dumping</i>	151
7.2	Normas <i>antidumping</i>	153
7.2.1	Normas do MERCOSUL sobre <i>dumping</i>	154
7.3	<i>Dumping</i> fiscal através dos impostos sobre o consumo	155
7.4	Comércio comunitário e <i>dumping</i> fiscal	156
8	SISTEMA IMPOSITIVO NA COORDENAÇÃO DOS IMPOSTOS GERAIS AO CONSUMO	
8.1	Impostos específicos e impostos gerais ao consumo	160
8.2	Sistema de imposição na origem	164
8.3	Sistema de imposição no destino	165
8.4	Exemplo europeu	166
8.5	Conclusão	167
9	O PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
9.1	Métodos de harmonização legislativa	170
9.2	Harmonização das legislações no Mercado Comum do Sul	171
9.3	A preocupação com as legislações tributárias	172
9.4	Informe sobre a harmonização dos impostos gerais ao consumo no MERCOSUL	174
9.4.1	Descrição dos impostos sobre o consumo aplicados nos Estados-membros do MERCOSUL	175

9.4.2	Principais diferenças detectadas	180
9.4.3	A harmonização dos impostos gerais sobre o consumo ..	182
9.5	O Tratado de Assunção e a harmonização dos impostos gerais sobre o consumo	185
9.5.1	Alternativas para uma harmonização restrita	189
9.5.2	Considerações finais	189
10	SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS TRIBUTÁRIAS NO MERCOSUL	
10.1	Histórico e linhas gerais da solução de controvérsias do MERCOSUL	192
10.2	Reclamações de particulares	194
10.3	Crítica à solução de controvérsias tributárias no MERCOSUL ..	196
	BIBLIOGRAFIA	199
	ANEXO – TRATADO DE ASSUNÇÃO	203